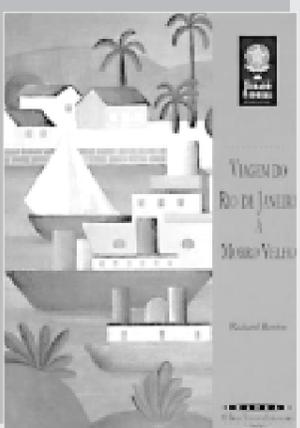
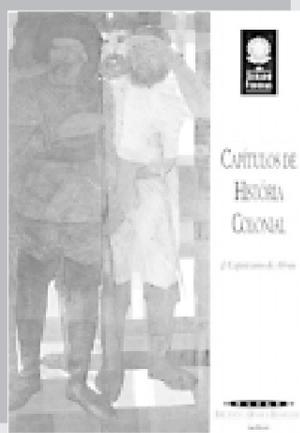


# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.547 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2002

Senado publica clássicos da literatura



PÁGINA 2

## Mozarildo pede desativação de ONG que atua na Amazônia

A Associação Amazônia atua de forma irregular no país e, por isso, deve ser desativada, segundo concluiu ontem o senador Mozarildo Cavalcanti após ouvir na CPI das ONGs o depoimento de Paulo César Monteiro de Medeiros, analista de sistemas que trabalhou para a organização.

PÁGINA 3



José Cruz

Os senadores Mozarildo Cavalcanti (C), presidente da CPI das ONGs, e Bello Parga acompanham o depoimento de Paulo César Monteiro de Medeiros

### CAE examina mais recursos para municípios vítimas de calamidades

Projeto de Edison Lobão, em análise na Comissão de Assuntos Econômicos, destina a municípios atingidos por desastres os prêmios de loterias não pagos pela Caixa Econômica Federal.

PÁGINA 3

### Mauro quer prevenir contágio de bebês pelo vírus HIV

PÁGINA 4



Mauro Miranda

### Conta telefônica pode cair em área metropolitana

PÁGINA 4



Ricardo Santos

### Interlegis duplica até fim do ano casas legislativas filiadas ao sistema

PÁGINA 2

# Senado publica clássicos fora de circulação

Obras não mais disponíveis nas editoras comerciais e em sebos de livros são resgatadas pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações, sob orientação do Conselho Editorial da Casa, presidido pelo senador Lúcio Alcântara

Clássicos da literatura que não estavam mais disponíveis nas prateleiras de editoras comerciais, e não podiam ser encontrados nos populares sebos de livros, voltam a estar ao alcance da população por meio do Conselho Editorial do Senado. Desde 1997, a Casa vem resgatando esses títulos, publicados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep).

O conselho, presidido pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), foi criado para editar obras de valor histórico e cultural, relevantes para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e para uma reflexão sobre os destinos do país. Grande parte dos livros escolhidos para publi-

cação é composta de obras cujo direito autoral já caiu em domínio público.

Dessa forma, o Conselho Editorial oferece clássicos da literatura e do Direito brasileiros, ao lado de obras de interesse jurídico e político. Diversos expoentes das letras nacionais, como Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Padre Antônio Vieira estão entre os autores publicados pelo Senado.



O valor das obras pode ser atestado pelo jornalista Lourenço Dantas Mota, que elaborou o livro *Introdução ao Brasil – Um Banquete no Trópico*, um cânone com 36 obras fundamentais para o conhecimento da formação literária, econômica, política e cultural do Brasil. Boa parte

das obras citadas pelo jornalista só é publicada pela Seep.

Os livros do Conselho Editorial têm padrão visual e acabamento

de qualidade superior, divididos nas seguintes coleções: Biblioteca Básica Brasileira, Clássicos da Política, Brasil 500 Anos, O Brasil Visito por Estrangeiros e Memória Brasileira

## LEGISLAÇÃO

O Catálogo de Publicações do Senado oferece ainda livros com legislação aprovada recentemente, como o novo Código Civil, a Lei de Responsabilidade Fiscal, comentada, e o Estatuto da Cidade. A Constituição federal atualizada costuma ser uma das publicações mais vendidas pelo Senado. Disponível em disquete a R\$ 2,00 e na versão impressa a R\$ 7,00, o texto está atualizado até a Emenda nº 38, a última promulga-

da em junho passado.

Os profissionais da área de Direito também podem encontrar a coleção das Constituições brasileiras desde o Império, comentada por especialistas como Aliomar Baleeiro, Barbosa Lima Sobrinho e Themístocles Brandão Cavalcanti. Os sete volumes da coleção custam R\$ 32,00.

Os livros editados pelo Senado podem ser comprados diretamente em Brasília, na Seep, na loja montada no Anexo II do Senado, e nas feiras de livros das quais o Senado participa por todo o país. Pedidos também podem ser feitos pela Internet, pelo endereço [www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm).

## Curso Mercosul debate processo legislativo

O IV Curso Regional Mercosul, promoção do Senado e da Organização dos Estados Americanos (OEA), prosseguiu ontem com a apresentação de Alan Brofman, professor da Escola de Direito da Universidade Católica de Valparaíso, no Chile.

Brofman destacou a importância das leis para o desenvolvimento de um país e explorou cir-



Paulo Fontenele, diretor do Interlegis, durante palestra no IV Curso Regional Mercosul

constâncias do processo político que influem na elaboração de leis, defendendo "um ordenamento jurídico claro, compreensível, estável e de vigência efetiva".

A seguir, Fernando Sabóia Vieira, consultor da Secretaria Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, ressaltou o peso da iniciativa legislativa no processo de formação das leis, esclarecendo que no Brasil

essa competência é ampla para o presidente da República, limitada no caso dos parlamentares, enquanto a iniciativa popular praticamente ainda não saiu do papel. Vieira é a favor da adoção de mecanismos que permitam ao Legislativo avaliar a aplicação das leis e incluam a sociedade no processo legislativo, aperfeiçoando o sistema representativo no país.

A diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos, falou sobre as inovações tecnológicas trazidas pela Internet que revolucionaram o apoio à atividade legislativa. A biblioteca disponibiliza livros, jornais e periódicos, além de obras raras, com consulta pela Internet – [www.senado.gov.br/biblioteca](http://www.senado.gov.br/biblioteca).

## Interlegis duplicará filiados até o fim do ano

O diretor do Interlegis, Paulo Fontenele, anunciou ontem, durante palestra proferida no IV Curso Regional Mercosul, que até o final deste ano a Rede Nacional Interlegis, cujo objetivo é integrar e modernizar as Casas legislativas

de todo o Brasil, terá duplicado o número de câmaras municipais filiadas ao sistema, das 612 atuais para mais de 1.200.

Fontenele informou que o novo portal instalado na segunda-feira – [www.interlegis.gov.br](http://www.interlegis.gov.br) – regis-

trou mais de três mil acessos num só dia. Além de oferecer links para o Senado, Câmara dos Deputados, 26 assembleias legislativas e 612 câmaras municipais, o portal permite consulta a toda a legislação brasileira em vigor.



O Jornal do Senado publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço A Voz do Cidadão – 0800 661 2211 – e autorizando a publicação.

**Severino Costa Neto, Passo do Camaragibe (AL):** Sugiro criação de lei que torne obrigatória escolaridade mínima de 2º grau para candidatos a prefeito e vereador.

**Senador Roberto Saturnino (PT-RJ) responde:** Se fizermos exigências para candidatura, também teremos que fazer para o direito de voto. Antigamente, o eleitor tinha que ter renda mínima, idade superior a 21 anos e ser homem. A democratização deu o direito de voto a todo mundo, exigindo apenas que aqueles que se candidatam sejam alfabetizados. Mesmo as pessoas que não possuem diploma podem ter uma experiência de vida que lhes garante grande sabedoria e, assim, não devem ser tolhidas em seus direitos políticos.

**Eliezer Bastos, São Sebastião (DF):** Por que o INSS não devolve o dinheiro daqueles que contribuíram por 17 anos, mas não pagaram os dez anos restantes para ter direito à aposentadoria?

**Senador Lindberg Cury (PFL-DF) responde:** Concordo com a ideia de que sejam ressarcidos os que pagam durante muitos anos a contribuição e por algum motivo não completam o tempo para aposentadoria. É uma questão de justiça. Devemos aprofundar a questão e verificar seu alcance social.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: **Ramez Tebet**  
 1º Vice-Presidente: **Edison Lobão**  
 2º Vice-Presidente: **Antonio Carlos Valadares**  
 1º Secretário: **Carlos Wilson**  
 2º Secretário: **Antero Paes de Barros**  
 3º Secretário: **Ronaldo Cunha Lima**  
 4º Secretário: **Mozarildo Cavalcanti**  
 Suplentes de Secretário: **Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves**

Diretor-Geral do Senado: **Agaciel da Silva Maia**  
 Secretário-Geral da Mesa: **Raimundo Carreiro Silva**  
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: **Vagner Caldeira**  
 Diretora do Jornal do Senado: **Maria da Conceição Lima Alves** (61) 311-3333  
 Diretor da Agência Senado: **Antonio Caraballo** (61) 311-3327

Editores: **Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade**

Diagramação: **Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva**

Revisão: **Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino**

Tratamento de Imagem: **Edmilson Figueiredo**

Arte: **Cirilo Quartim**

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: **Praça dos Três Poderes Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar Brasília - DF - 70165-920**

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Mozarildo quer fechamento de ONG na Amazônia

Depois de ouvir ontem o depoimento do analista de sistemas Paulo César de Medeiros, que trabalhou para a Associação Amazônia, o senador disse que está caracterizada a atuação comercial dessa organização

O presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), considera possível afirmar que a Associação Amazônia é uma das ONGs que atuam de forma irregular no país e, por isso, deve ser desativada imediatamente. Ele chegou a essa conclusão após depoimento prestado ontem à comissão por Paulo César Monteiro de Medeiros, que trabalhou para a entidade.

— Está muito caracterizada a atuação comercial dessa ONG, que mente quando alega ter intuito de preservação ambiental. O que ela faz, na verdade, é a exploração comercial da reserva amazônica em que está localizada, sem qualquer tipo de divisas para o Brasil — afirmou o senador, citando a ausência de alvará de funcionamento, a participação de sócios estrangeiros, o trânsito de recursos em dólares sem o devido registro contábil e a titulação de terras ilegais como algumas das irregularidades praticadas pela associação.

O depoente, que é analista de sistemas, contou que trabalhou para a associação por um ano, informatizando os arquivos e preparando a instalação da rede Internet na reserva — localizada a 650 quilômetros de Manaus —, à qual a associação presta serviço.

Ele disse que tentou implementar mais ordem na entidade, particularmente quanto à contabilidade e registro das operações financeiras — feitas de forma amadora, segundo descreveu. Observou, no entanto, que não foi bem-sucedido e que, por isso, não chegou a associar-se. O escritório em que trabalhava, em Manaus, foi desativado de maneira repentina e transferido para um barco que fica na reserva, salientou.

Em resposta ao senador Bello Parga (PFL-MA), o analista de sistemas contou que a associação cobra cerca de US\$ 100 (cem dólares) diários dos turistas que desejam visitar a reserva e atua junto a agências de turismo do exterior, oferecendo pacotes completos ao preço de US\$ 7 mil, sem registrar contabilmente os valores ou repassar para algum programa de desenvolvimento sustentável na localidade.

Ainda respondendo a Bello Parga, Paulo César disse acreditar que o descontrole e irregularidade na atuação da ONG é proposital e não por incompetência de seus dirigentes.

## RECURSOS EXTERNOS

Medeiros informou também que a Associação Amazônia recebeu recursos do conde italiano Paulo Roberto Imperiali no valor de US\$ 75 mil, para fazer a demarcação

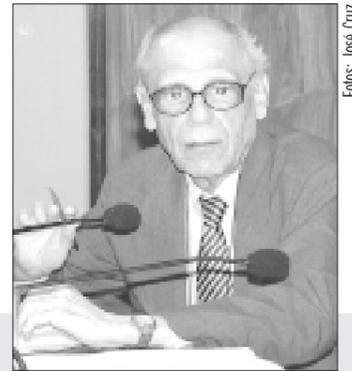
das terras da reserva, que ocupam uma área de 172 mil hectares. Acrescentou que é comum a entidade receber doações estrangeiras para pagamento dos funcionários da associação e das seis famílias de caboclos que moram na reserva, mas que os recursos nunca atingem, integralmente, os destinos iniciais.

Em resposta ao senador Bello Parga (PFL-MA), o analista de sistemas contou que a associação cobra cerca de US\$ 100 (cem dólares) diários dos turistas que desejam visitar a reserva e atua junto a agências de turismo do exterior, oferecendo pacotes completos ao preço de US\$ 7 mil, sem registrar contabilmente os valores ou repassar para algum programa de desenvolvimento sustentável na localidade.

Ainda respondendo a Bello Parga, Paulo César disse acreditar que o descontrole e irregularidade na atuação da ONG é proposital e não por incompetência de seus dirigentes.



Mozarildo Cavalcanti é presidente da CPI que apura irregularidades em organizações não-governamentais



Em resposta a Bello Parga, o depoente revelou que a entidade explora o turismo em reserva na Amazônia

Fotos: José Cruz

## Dinheiro de loterias poderá reforçar verba da defesa civil

Encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aguardando designação do relator, projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que destina aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos os recursos correspondentes aos prêmios não pagos pela Caixa Econômica Federal (CEF) em concursos de prognósticos. Na Comissão de Educação, a matéria recebeu substitutivo elaborado pela senadora Emília Fernandes (PT-RS).

Em vez dos prêmios não pagos

pela CEF, o substitutivo prevê um percentual de 2% da renda líquida das loterias numéricas e instantâneas e 10,5% da renda líquida dos prognósticos esportivos como fonte de receita para a defesa civil. Essas receitas eram destinadas ao extinto Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp).

A senadora explicou que a lei aprovada após a apresentação do projeto de Edison Lobão já obriga a destinação, ao Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), da totalidade dos

Roosevelt Pinheiro



Projeto de Edison Lobão aguarda parecer da CAE

recursos de premiação das loterias da CEF não reclamados.

— Considerando que a Secretaria Nacional de Esportes (que substituiu o Indesp) tem hoje duas fontes de recursos provenientes dos concursos de prognósticos e das loterias, além de outros, acreditamos que é dessa área que poderão advir os recursos necessários à defesa civil — explica Emília Fernandes.

## Viana cobra proteção para recursos genéticos

O senador Tião Viana (PT-AC) cobrou do governo a definição de uma lei que regulamente o acesso aos recursos genéticos e à biodiversidade. O senador lembrou que diversos projetos em tramitação no Congresso tratam do assunto, mas que o governo insiste na edição de medi-



Tião Viana: governo insiste em MPs sem ouvir interessados

das provisórias, sem ouvir as partes interessadas.

Ele entende que a floresta amazônica pode ser a grande fonte de riqueza do Brasil no futuro, mas alertou que é preciso investir em biotecnologia e explorar a Amazônia de forma consciente para evitar destruição.

Tião Viana lembrou que 182 países, entre os quais o Brasil, assinaram em abril passado um acordo para impedir a biopirataria. Além disso, observou, os remédios fabricados a partir de matéria-prima brasileira são patenteados no exterior, o que impede a sua produção pela indústria nacional. O acordo assinado autoriza a exploração dos recursos, mas estabelece algumas contrapartidas, informou ele.

## Exposição sobre Constituições republicanas será aberta hoje

Será inaugurada hoje, na Senada Galeria, a exposição *As Constituições na História da República*, que integra os eventos comemorativos dos 111 anos do Senado na República (1891-2002). A mostra, que ficará aberta ao público até o dia 30 de agosto, é dirigida principalmente aos estudantes do ensino fundamental e médio. Segundo o presidente da comissão especial que elabora o programa de eventos comemorativos, o diretor-geral do Senado, Agacieli Maia, é importante que a juventude conheça a história de uma instituição tão importante para o país e para a democracia.

A exposição conta a história da elaboração das diversas Constituições no período republicano, com destaque para a participação do Senado nos grandes momentos da história política brasileira. Será uma boa oportunidade para conhecer documentos raros, foto-



111 anos de Senado na República

grafias e os originais dessas Constituições, além das circunstâncias que as envolveram. Agacieli lembrou que a exposição comemorativa dos 500 anos do Descobrimento recebeu mais de 40 mil alunos da rede de ensino do Distrito Federal.

O diretor-geral informou que na página do Senado na Internet — ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) — é possível acessar os *Anais* de todas as Constituintes e obter informações sobre o agendamento de visitas monitoradas.

## Senado nas eleições

O voto é obrigatório para todos os brasileiros maiores de 18 anos e opcional para pessoas de 16 e 17 anos e acima de 70 anos. Quem não votar nas eleições e não justificar a ausência estará sujeito a multa, imposta por determinação do juiz eleitoral, que pode variar entre 3% e 10% do valor de 33,02 Ufirs. O juiz eleitoral, no entanto, poderá aumentar até dez vezes o valor da multa, dependendo da situação econômica do infrator. Para pagar a

Faltam 45 dias para as eleições

multa, o eleitor deve-se dirigir ao cartório eleitoral mais próximo com o título e o documento de identidade. A comprovação do voto é exigida de todo brasileiro que vai se matricular em escola pública ou daqueles que pedem financiamento em banco estatal. A falta do comprovante também impede o cidadão de tirar o passaporte, bem como assumir função pública. Sendo servidor público, o eleitor ausente pode ficar sem receber o salário.

# Mauro cobra prevenção do contágio de lactente pelo HIV

Na opinião do senador, mães pobres infectadas pelo vírus deveriam ter acesso gratuito ao leite em pó, a ser fornecido pelos serviços de saúde

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) cobrou a implementação de programas que previnam a transmissão materno-infantil do vírus HIV. Ele considera que as ações de prevenção da Aids ainda são insatisfatórias na maioria dos estados, embora o país disponha de programa de combate à doença considerado internacionalmente um sucesso.

A preocupação do senador relaciona-se sobretudo com a transmissão da Aids durante o aleitamento materno. Para ele, mães pobres infectadas pelo vírus HIV deveriam ter acesso gratuito ao leite em pó, a ser fornecido pelos serviços de saúde. Outra alternativa, sugere o senador, seria a inclusão dessas mães em um subprograma do



Segundo Mauro, prevenção da Aids ainda é insatisfatória na maioria dos estados

Programa Bolsa-Alimentação.

Mauro Miranda explica que as autoridades de saúde recomendam a mães infectadas, cujos filhos nasceram livres do HIV, que não amamentem. Isso cria uma situação dramática, acentua, uma vez que a contaminação cresce principalmente na camada mais pobre

da população. "Muitas dessas mães não têm recursos para comprar o leite de que seus bebês necessitam", explica Mauro.

Algumas secretarias de Saúde de estados e municípios têm distribuído leite para mães com HIV, mas este não é o caso de Goiás, disse Mauro Miranda. O Ministério da Saúde também executa, segundo o senador, um projeto piloto que inclui a distribuição de leite em pó adequado a crianças que não podem ser amamentadas no peito. Contudo, o programa abrange atualmente pequeno número de maternidades.

— A situação, em geral, ainda é de abandono, descaso e de trágica e desnecessária transmissão do vírus das mães a seus filhos — afirma.

O senador também aponta falhas na prevenção da transmissão da Aids durante a gravidez. Ele observa que a utilização da quimioprofilaxia durante a gravidez e no parto poderia reduzir a transmissão materno-infantil para menos de 2%. Mas tal ação de prevenção só é adotada em poucos serviços, localizados geralmente nas capitais e grandes cidades, lamenta Mauro. Além disso, acrescenta, os serviços públicos de pré-natal nem sempre oferecem aconselhamento e diagnóstico sorológico para as gestantes, como preconiza o Ministério da Saúde.

## Transmissão perinatal de HIV

A transmissão perinatal (de mãe para filho) foi responsável por 2,4% dos casos de Aids notificados em 2000. Veja abaixo a evolução dos casos de Aids perinatal no Brasil

|      |       |
|------|-------|
| 1995 | 3,6%* |
| 1996 | 3,9%  |
| 1997 | 3,9%  |
| 1998 | 3,3%  |
| 1999 | 3,2%  |
| 2000 | 2,4%  |

\* Em relação ao número total de casos notificados no ano

Fonte: Ministério da Saúde



## Projeto permite a casal compor sobrenome

Os noivos que desejarem reunir seus sobrenomes para compor um novo nome de família poderão fazê-lo, se o Legislativo aprovar projeto do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) que altera o Código Civil com esse objetivo. O texto vai ser examinado em



João Alberto considera defeituosa redação atual do Código Civil

decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para deliberação pelo Plenário do Senado.

Entre as alterações trazidas pelo novo Código Civil ao direito de família, o senador observa que está a

possibilidade de os nubentes adotarem os sobrenomes um do outro. Em sua opinião, contudo, a redação é defeituosa, porque quem vai casar não quer simplesmente permutar o sobrenome.

Para João Alberto Souza, o Código Civil deve permitir, nas núpcias, a constituição de um sobrenome identificador do novo grupo familiar, seja pela adoção exclusiva dos sobrenomes do noivo, seja pela escolha unicamente dos sobrenomes da noiva, seja pela soma dos sobrenomes de ambos, para designar a nova família.

— Evidentemente, facultar só a

permuta de sobrenomes não tem razão de ser, posto que as núpcias têm por precipua finalidade unir duas pessoas e entre elas criar identidade conjunta mediante novo estado civil e consagrar-lhes os declarados propósitos de vida em comum, para que constituam um núcleo familiar.

João Alberto acha que, aos noivos, deve ser dado o direito de reunir e compor, a partir dos seus sobrenomes, o sobrenome da família que se inicia. E argumenta que o casamento consiste na união de vidas, com a soma de todos os fatores desejados pelos nubentes, daí por que não é razoável a atual norma que autoriza apenas a permuta de sobrenomes, em sua opinião, "fator de limitação da nova identidade familiar".

## Violência doméstica exige pena mais dura, diz Carlos Bezerra

Vários projetos que coíbem a violência doméstica contra a mulher e crianças tramitam nas comissões permanentes do Senado, entre os quais o do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), propondo que as agressões contra mulheres, crianças e idosos deixem de ser consideradas infrações penais de menor potencial criminal e passem a ser alcançadas pela legislação penal, com sanções mais duras para o acusado. O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para o senador, a questão da mulher e do menor não tem sido tratada de modo eficaz. Por isso, ele acha que o Congresso Nacional "tem que apertar o cerco" ao problema da violência doméstica, aprovando projetos que tornem mais rigorosas as penas para os agressores. "Do contrário — enfatiza o senador — o Brasil continuará a ser visto no exterior como um país machista, no qual a mulher fica ao deus-dará do marido violento e mandão."

A violência doméstica contra as mulheres também preocupa a senadora Emilia Fernandes (PT-RS), que chegou a apresentar



Carlos Bezerra tem projeto para combater a violência doméstica

projeto criando o disque-violência, que seria instalado em nível nacional, com três dígitos, para facilitar a memorização.

De acordo com a sugestão, todas as delegacias da mulher e de polícia passariam a

contar com esse serviço. O projeto da senadora já foi aprovado pela Senado, e no momento aguarda votação na Câmara dos Deputados.

Outro projeto que tramita na CCJ versando sobre violência doméstica é o da ex-senadora Luzia Toledo, que considera crime hediondo o homicídio praticado no lar pelo pai, marido ou irmão. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) é favorável à aprovação da matéria e chegou, inclusive, a apresentar emenda que também caracteriza como hediondos os crimes de lesão corporal praticados pelo marido contra a sua mulher. Segundo ele, o objetivo da emenda é inibir qualquer comportamento violento dos homens em relação às mulheres.

Segundo a Fundação Perseu Abramo, de São Paulo, a cada 15 segundos uma mulher é espancada no país.

## Santos propõe tarifa telefônica local em região metropolitana

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) apresentou projeto determinando que as ligações telefônicas feitas nas regiões metropolitanas ou na área geográfica de um mesmo município sejam tarifadas como serviço local. A matéria será examinada em caráter terminativo pela Comissão de Infra-Estrutura, ou seja, uma vez aprovada, seguirá diretamente para análise da Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que seja submetida ao Plenário do Senado.

De acordo com Ricardo Santos, a privatização do setor de telecomunicações foi realizada sob os princípios de universalização do acesso aos serviços de telecomunicação e de competição nos preços. Em contradição com esses princípios, acrescenta ele na justificativa da proposta, os moradores das áreas contíguas a um grande centro ou a um



Ricardo Santos diz que sistema atual prejudica populações mais carentes

mesmo município muitas vezes pagam valores superiores por suas ligações. São essas áreas que majoritariamente abrigam populações mais carentes, argumenta.

— O projeto objetiva corrigir essa contradição, estabelecendo para as regiões metropolitanas e para as localidades de um mesmo município, como vilas e povoados, a tarifa de serviço local — explica.